



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DO OBJETIVO

1.1. Tem por objetivo o presente Estudo Técnico Preliminar identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para permitir a **ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO RELATIVOS À CONTRATAÇÃO DE ESTUDANTES COMO ESTAGIÁRIOS**, à luz do disposto no art. 6º, IX, da Lei nº 8.666/93 c/c arts. 3º, III, da Lei 10.520/2002, bem como as disposições contidas no art. 9º, I, e §1º e 2º, todos do Decreto nº 5.450/2005.

1.2. Integram o presente estudo os seguintes documentos

- i) Termo de Referência;
- ii) Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- iii) Portaria DG nº 344/2018
- iv) Resolução TRE-ES nº 94/2014

2. DO ESTUDO E DA DOCUMENTAÇÃO DO PROBLEMA

2.1. Avaliar a situação atual do problema:

O Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo já possui contrato com o agente de integração Universidade Patativa do Assaré para desenvolver o seu programa de estágio com vigência até 30/06/2023. Registra-se que de acordo com os autos do Processo SEI n. 0000904-16.2021.6.08.8000, documentos nºs. 0868998 e 0863935, não foi recomendada a prorrogação contratual por mais um ano.

Salienta-se que esse tipo de programa visa desenvolver as habilidades técnicas adquiridas pelos estudantes em sala de aula, colocando em prática os conhecimentos estudados durante o curso, além de ser uma ótima oportunidade para a Justiça Eleitoral se aproximar junto à sociedade capixaba, mostrando e ensinando a importância dos valores institucionais, quais sejam: coerência, compromisso, respeito, honestidade, integração, celeridade, modernidade, acessibilidade, transparência, responsabilidade social e ambiental, imparcialidade, ética e probidade.

A fim de fazer esse tipo de programa ser executado com a excelência habitual deste Egrégio, **necessita-se a contratação de uma empresa especializada na prestação deste serviço**, ou seja, um agente de integração entre o estudante e o Tribunal, haja vista que a grande demanda de serviço requerida pelo programa em tela não seria suportada pelos já tão demandados



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

servidores da Seção de Gestão de Desempenho – SGD.

2.2. Riscos da situação atual.

Em caso de não realização de um processo licitatório o Tribunal deverá cancelar todos os contratos de estágios a partir de 01/07/2023, frustrando o plano de estudos dos estudantes bem como o compromisso de seus supervisores ao montar um plano de ação para o período em que os estagiários estiverem em aprendizado nas unidades.

3. DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

3.1. O contrato contemplará a intermediação do contrato de estágios dos estudantes e seu quantitativo será definido através de Portaria da Direção-Geral, não podendo exceder em 90 vagas, também observando o interesse, a possibilidade e a conveniência do TRE-ES.

3.2. Importante esclarecer que de acordo com a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, determina que cada vaga de estágio ocupada deverá ser segurada por seguro contra morte acidental e contra invalidez permanente causada por acidente. Esta despesa será incluída como obrigação de fornecimento pela empresa contratada, consequentemente desobrigando o Tribunal da obrigação de contratação do citado serviço.

3.3. Registra-se os seguintes fatos:

i) atualmente existem 57 vagas criadas e desse total apenas 27 estão ocupadas;

Localidade	Unidade (nº de vagas)	Total de Vagas
Vitória	Sede do TRE: Assessoria Jurídica/PRE (01 vaga); CRE (01 vaga); Comunicação/APECI (01 vaga); COF/SAO (03 vagas); COMAP/SAO (02 vagas); SC/SAO (01 vaga); GABSGP (01 vaga); SMSCT (01 vaga); SCEPTCE/UAI (03 vagas). Anexo do TRE: Ouvidoria/APECI (01 vaga); CAD/STI (02 vagas); CSE/STI (01 vaga); SGD/CODES (02 vagas); STC/CODES (01 vaga); S.Arquivo/SAO (01 vaga); COJUR/SJ (03 vagas); GABMEMBROS (05 vagas). Zonas Eleitorais: 01ª ZE (02 vagas); 52ª ZE (02 vagas)	34 vagas
Vila Velha	Zonas Eleitorais: 32ª ZE (02 vagas); 55ª ZE (02 vagas); 57ª ZE (02 vagas)	06 vagas
Serra	Zonas Eleitorais: 26ª ZE (02 vagas); 53ª ZE (02 vagas); 59ª ZE (02 vagas)	06 vagas
Cariacica	Zonas Eleitorais: 34ª ZE (02 vagas); 54ª ZE (02 vagas)	04 vagas
Viana	47ª ZE (02 vagas)	02 vagas
Cachoeiro de Itapemirim	Zonas Eleitorais: 02ª ZE (02 vagas); 48ª ZE (01 vaga)	03 vagas
Aracruz	20ª ZE (01 vaga)	01 vaga
Ibiraçu	14ª ZE (01 vaga)	01 vaga
TOTAL:		57 VAGAS

ii) no caso de o TRE-ES criar programa de estágio de estudantes de nível médio, o quantitativo



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

de estagiários de ensino médio não profissionalizante não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do quantitativo de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal;

iii) deve-se assegurar às pessoas portadoras de deficiência o percentual de 10% (dez por cento) do total de vagas oferecidas, e às pessoas que se autodeclararem ser da cor preta ou parda o percentual de 30% (trinta por cento) do total de vagas oferecidas;

iv) o auxílio financeiro devido aos estagiários é composto por bolsa e auxílio-transporte;

v) além do pagamento de bolsa e auxílio-transporte será devido aos estagiários indenização de recesso não gozado.

4. DA NORMALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

4.1. Lei nº 11.788/2008; Resolução TRE-ES nº 94/2014; e Resolução CNJ nº 336/2020.

5. DA GARANTIA DE QUALIDADE

A qualidade dos serviços prestados será fiscalizada pela unidade responsável pelo Programa de Estágio do TRE-ES, que atualmente é a Seção de Gestão de Desempenho (SGD) e em especial pelo fiscal do contrato indicado por essa Seção.

6. DA AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE CUSTOS E SOLUÇÕES

6.1. Atualmente o TRE-ES tem contrato para a prestação de serviços de agente de integração firmado com a Universidade Patativa do Assaré, consignando o valor unitário de R\$ 12,00 (doze reais). Todavia, por se tratar de licitação para contratação de nova empresa, não há como definir o valor que será consignado com a licitante vencedora.

6.2. Portanto, tendo em vista subsidiar esta seção com os reais valores cobrados pelo mercado para a prestação do serviço discutido realizou-se pesquisas via contato telefônico com o TRT-17ª Região, TRE-PA e TRE-BA, em que encontramos os seguintes valores na tabela abaixo.

	TRT-17ª Região (Sociedade Civil CIDE - Capacitação, Inserção e Desenvolvimento)	TRE-PA (Associação Proativa do Pará)	TRE-BA (Connect Estágios)	Preço Médio
Valor Unitário	R\$14,11	R\$ 37,50	19,80	R\$ 23,80



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

7. DAS JUSTIFICATIVA

A contratação se justifica em razão da impossibilidade de execução desses serviços pelos servidores da Seção de Gestão de Desempenho, pela quantidade de servidores lotados nessa unidade que já é demasiadamente demandada, pela falta de infraestrutura de TI, haja vista que uma empresa especializada dispõe de sistemas ágeis de controle de cadastro bem como pessoal exclusivo e especializado para a execução deste tipo de contratação, pela complexibilidade de elaboração, correção, fiscalização e aplicação de processo seletivo público de estagiários em todo o estado do Espírito Santo, e por fim, haveria também a necessidade de se contratar um seguro para que cada estagiário desempenhe suas atividades junto ao Tribunal.

Ainda, essa contratação é justificada se lembrarmos dos valores éticos relacionados no Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral Capixaba, que visa se aproximar da sociedade como um todo, em especial no item transcrito abaixo:

“RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL: geração de valor para os colaboradores da instituição e para a sociedade, promovendo a cidadania e o desenvolvimento sustentável, atuando, de fato, como instituição cidadã”

Portanto, o programa de estágios é uma excelente forma do TRE-ES gerar valores para a sociedade, bem como para os próprios servidores.

8. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

ITEM	ESTÁGIO
01	Estágios com jornadas de cargas horárias de 20 e de 25 horas semanais.

9. PENALIDADES

Pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto não executado;
- b) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do parágrafo único do art. 28 do Decreto nº 5.450/2005.

A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

Para efeito de aplicação de penalidades, a contagem dos prazos inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente do TRE/ES.

10. DOS RECURSOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11. DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato assegurará aos Contraentes, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Outras situações que surgirem poderão ser analisadas oportunamente no decorrer da contratação.

Vitória 07, de dezembro de 2022.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Jackson Vulpi

Técnico Judiciário

Chefe da Seção de Gestão de Desempenho
Coordenadoria de Desenvolvimento e Governança